



CESAN – COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO

RELATÓRIO DE AUDITORIA ACERCA DO ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS E ASPECTOS MAIS RELEVANTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

Recife/PE, 18 de março de 2022.

Aos Ilmos. Srs.

Acionistas, Conselheiros, Diretores e demais Administradores da

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN

CNPJ Nº 28.151.363/0001-47

Av. Governador Bley, 186, Edifício BEMGE, 3º Andar, Centro - CEP: 29.010-150 - Vitória/ES

Att.: Elicarlos Vionet Scaramussa Correia

Coordenador da Auditoria – C-AUD

Ref.: Relatório de Auditoria Forma Longa

Prezados Senhores,

Havendo concluído nesta data o estudo e avaliação dos controles internos adotados pela **CESAN** acerca dos itens mais relevantes do ponto de vista de exposição ativa ou passiva, indispensável à formação de nossa opinião inerente à fidedignidade e tempestividade dos registros dos atos e fatos contábeis, que ensejaram as Demonstrações Contábeis levantadas em 31/12/2021, queremos:

Informar que nosso trabalho é composto por macro atividades, subdivididas em trabalho de campo e de escritório (na proporção de 70%x30%), porém, devido restrições ocasionadas por conta da COVID-19, grande parte dos testes foram efetuados remotamente. Iniciamos pela definição da equipe de auditores com experiência em trabalhos correlatos e de mesma complexidade, e da avaliação de possíveis ameaças à independência em decorrência de conflitos éticos preconizados nas NBC PA's, e prosseguindo mediante o planejamento geral do trabalho determinado nas NBC TA's 300 a 330, efetuado através de: (A) Aplicação do Questionário de Avaliação de Riscos e Realização de Entrevistas com a Governança Corporativa e de Tecnologia da Informação ligados aos macroprocessos que originam ou consomem caixa ou equivalentes; (B) Análise dos Melhores Referenciais do BP e DFC elegíveis para fixar Materialidade Individual e Coletiva no Trabalho e (C) Respostas do Auditor com Procedimentos para Mitigação dos Riscos. Tudo planejado de modo a viabilizar o melhor desempenho da equipe durante a execução das atividades de estudo e avaliação dos controles internos o qual será o fundamento para fixação da extensão e profundidade do procedimento de auditoria bem como da melhor oportunidade e circunstância a ser aplicado.

Enfatizar que o relatório anexo preconizado no Termo de Referência integrante do Edital de Licitação nº 006/2021, é o resultado de exames procedidos por amostragem e que por isso mesmo não tem a finalidade nem a pretensão de arrolar falhas individuais ou institucionais, mas tão somente destina-se a sinalizar para a Administração a necessidade de aprimoramento em algumas áreas ou procedimentos, visando à tornar, as Demonstrações Contábeis aptas ao arrimo das decisões gerenciais, e não apenas um documento de cunho burocrático, para aferir, após termo, o desempenho de uma gestão.

Patentear nossa gratidão pela total cooperação recebida indistintamente de todos os setores e funcionários que nos propiciaram acesso às imprescindíveis informações, sem as quais não lograríamos êxito em nosso intento.



Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9
Sócio Sênior

Índice

1. INTRODUÇÃO.....	3
1.1 METODOLOGIA	4
1.2 TÉCNICAS DE ABORDAGEM.....	4
1.3 FONTES DE INFORMAÇÃO	4
1.4 PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA APLICADOS	5
2. RESULTADO DAS ANÁLISES DE AUDITORIA	5
2.1 MATRIZ DE RISCO	6
2.2 BALANCETE ADAPTADO EM MATRIZ DE RISCO	7
3. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS ATIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETOS AS MESMAS.....	8
4. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS PASSIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETOS AS MESMAS	17
5. ASPECTOS INSTITUCIONAIS	24
6. DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	24
7. REVISÃO TRIBUTÁRIA	25
8. CONCLUSÃO	36

1. INTRODUÇÃO

Este relatório tem por finalidade precípua comunicar a administração da **CESAN**, acerca dos resultados alcançados no trabalho de estudo e avaliação dos controles internos, existentes, notadamente na área contábil, portanto aludido relato consigna informações decorrentes do exame realizado mediante análises e verificações que efetuamos nas Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro 2021, cujo trabalho foi efetuado por Contadores com experiência específica em auditoria de Sociedades Anônimas, regidas concomitantemente pelas leis 6.404/76 e 13.303/16, observando rigorosamente ao que preceitua a Resolução CFC nº 821/1997, e seguintes que aprovaram as Normas Brasileiras de Contabilidade – Profissionais em Auditoria - NBC PA.

Todo o trabalho foi planejado e efetuado consoante as Normas Brasileiras de Contabilidade, mediante metodologia e procedimentos de auditoria preconizados nas Resoluções de nºs 1.203 a 1.235 que aprovaram as Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis NBC TA, com nova estrutura determinada pela resolução nº 1.328 editada em 18/03/2011 pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Iniciamos nosso serviço, através do planejamento do trabalho, fixamos o escopo, procedemos ao estudo e avaliação dos controles internos em uso, e com base no grau de credibilidade que atribuímos aos mesmos, pudemos estabelecer a oportunidade, a extensão e a profundidade dos procedimentos de auditoria, a serem aplicados por amostragem estratificada cientificamente, efetuados mediante testes de substância e de observância, os quais implicaram na validação dos saldos e revisão analítica de seus negócios e operações, dentre tantos outros procedimentos desenvolvidos sem que nenhum óbice, tenham sido impingidas à consecução dos mesmos, cuja síntese dos fatos mais relevantes e algumas sugestões de aprimoramento aos controles internos, e identificando as áreas susceptíveis e que apresentam riscos relativos atribuídos a partir da “matriz de risco” decorrente da análise vertical e horizontal do balancete patrimonial encerrado em 31 de dezembro do exercício sob exame.

Os sistemas contábeis e de controles internos, embora sendo de responsabilidade da administração da Empresa auditada, dentro de um cronograma de trabalho antecipadamente estabelecido, foram por nós analisados e, sempre que julgamos necessário indicamos sugestões objetivas para seu aperfeiçoamento ou implantação. Como procedimentos primordiais de evidenciação da auditoria, verificamos a eficácia, eficiência e efetividade dos sistemas e subsistemas de controle interno bem como a segurança e confiabilidade das transações representadas na sistemática contábil.

1.1 METODOLOGIA

A concepção de um Plano de Auditoria tecnicamente otimizado, pressupõe um planejamento detalhado, consistente na programação e execução de exames adequados de auditoria, os quais dependem do grau de entendimento que se tem das atividades-meio e atividades-fim, bem como do perfeito conhecimento da estrutura organizacional e societária da empresa a ser auditada.

O Programa Padrão de Auditoria que atualmente norteia o planejamento de nossos serviços é o resultado de mais de 40 anos de experiência e aprimoramento profissional bem como do foco na legislação pertinente à matéria, principalmente no que tange as Normas Brasileiras de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis (NBC-TA, preconizadas em 33 Resoluções do CFC de nºs 1.203 a 1.235/2009) e Normas Profissionais de Auditoria Independente (NBC-P-1 aprovada pela resolução nº 821/97) reconhecidas no meio profissional de auditoria como principal referência doutrinária.

1.2 TÉCNICAS DE ABORDAGEM

Nossos trabalhos foram conduzidos através da NBC TA 530 – Amostragem em Auditoria, com a finalidade de racionalizar e dar maior efetividade a metodologia a ser utilizada. Dentre nossa abordagem podemos destacar a “Amostragem Sistemática Específica” que é uma técnica não estatística determinativa da seleção de uma quantidade de registros a serem selecionados e analisados, bem como o intervalo da seleção; a de “Seleção de Auditoria” que determina quantos registros serão selecionados e os números aleatórios aos quais devem estar associados; a de “Amostragem por Funções e Atributos” na qual os itens são selecionados a partir da pesquisa sobre a presença de determinados atributos e, finalmente, a de “Amostragem Através de Unidades Monetárias” onde é estabelecido o mínimo de valores de itens monetários em relação à sua totalidade dentro de um risco cabível e grau de confiabilidade desejado.

1.3 FONTES DE INFORMAÇÃO

Nossos trabalhos foram exclusivamente desenvolvidos com base nas informações e documentos fornecidos pela Empresa. Portanto, a existência de outros documentos e/ou informações, que porventura não tenham sido fornecidas podem alterar as conclusões constantes neste relatório.

Destacamos que este relatório não suporta qualquer representação judicial ou prova perante terceiros. As informações constantes neste relatório destinam-se aos administradores da Empresa contratante, sendo preconizada a sua confidencialidade, não podendo ser utilizado por terceiros sem a prévia anuência formal da **AUDIMEC**.

1.4 PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA APLICADOS

- ✓ Testes de transações operacionais nas suas diferentes fases e ciclos.
- ✓ Revisão dos balancetes mensais de outubro a dezembro e das demonstrações trimestrais do 1º, 2º, 3º e 4º trimestre.
- ✓ Revisão do Ativo não Circulante.
- ✓ Revisão dos Contratos Administrativos, com suas respectivas cauções e retenções contratuais.
- ✓ Revisão dos recursos de convênios.
- ✓ Revisão da folha de pagamento e recursos humanos.
- ✓ Revisão dos faturamentos, cancelamentos e refaturamentos mensais, bem como do controle das contas a receber de clientes com o respectivo ingresso das ações judiciais das cobranças.
- ✓ Revisão dos almoxarifados e dos sistemas de estoques.
- ✓ Revisão dos depósitos/bloqueios judiciais e provisões para contingências.
- ✓ Conferência da apuração dos indicadores financeiros e operacionais (indicadores de governança e indicadores estratégicos).
- ✓ Revisão das demonstrações financeiras: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Resultado Abrangente e Notas Explicativas.
- ✓ Revisão quanto à aderência dos controles mensais, contábeis e extracontábeis, e da apuração das obrigações tributárias principais (CSLL, IRPJ, COFINS, PASEP, ISS e ICMS).
- ✓ Revisão das obrigações acessórias.

2. RESULTADO DAS ANÁLISES DE AUDITORIA

Como resultado dos nossos trabalhos de auditoria, planejado e executado em consonância com o escopo e abrangência dos trabalhos preconizados no Termo de Referência, Anexo I ao Edital de Licitação nº 006/2021, adaptamos o Programa Padrão de Auditoria, sendo que apresentamos a seguir os pontos identificados.

2.1 MATRIZ DE RISCO

Utilizamos a Matriz de Risco para a definição dos critérios de exposição e impacto, a fim de apoiar no processo de avaliação dos riscos. A partir da identificação dos riscos e, na sequência, para cada risco identificado, analisar a sua exposição e impacto de acordo com os critérios definidos.

Ao determinar a exposição e o impacto do risco, avaliamos os balancetes por análise vertical e horizontal, gerando assim a classificação do risco. De acordo com a classificação do risco é possível definir se ele deve ser tratado ou não como prioridade.

CRITÉRIOS DE IMPACTO
Orçamentário
Fiscal
Estratégico
Reputação
Integridade
Operacional
Gestão
Regulação
Processos
Licitações
Recursos Humanos
Contábil
Serviços
Fornecedores
Despesas
Receitas

IMPACTO	Grande	5
	Relevante	4
	Moderado	3
	Pequeno	2
	Insignificante	1

Matriz de Riscos					
	1	2	3	4	5
5	5	10	15	20	25
4	4	8	12	16	20
3	3	6	9	12	15
2	2	4	6	8	10
1	1	2	3	4	5
	Rara	Improvável	Possível	Provável	Quase certo
	< 10%	>=10% <= 30%	>=30% <= 50%	>=50% <= 90%	>90%

PROBABILIDADE

Escala de Nível de Risco	
Níveis	Pontuação
RC - Risco Crítico	13 a 25
RA - Risco Alto	7 a 12
RM - Risco Moderado	4 a 6
RP - Risco Pequeno	1 a 3

Risco de Exposição e Variação		
Numérica	Descritiva	Impacto
1% a 10%	Risco Baixo	Os riscos possuem consequências pouco significativas, reversíveis em curto e médio prazo com impactos pouco significativos;
11% a 20%	Risco Relativo	Os riscos possuem consequências reversíveis em curto e médio prazo com impactos baixos;
> 20%	Risco Alto	Os riscos possuem consequências reversíveis em curto e médio prazo com impactos altos, irreversíveis ou com custos inviáveis.

2.2 BALANCETE ADAPTADO EM MATRIZ DE RISCO

A partir de uma análise da relevância dos saldos do balanço patrimonial levantado em 31/12/2021 sob exame, bem como da análise dos relatórios de auditorias anteriores, elegemos as áreas de maior risco operacional e volume quantitativo e qualitativo (análise horizontal) de transações, e de proporção dos saldos (análise vertical) do ponto de vista de exposição ativa.

Tal procedimento resulta da análise vertical e horizontal procedida que apresentamos de forma sintética a seguir, visando à melhor elucidação das considerações tecidas acerca dos dados coligidos e consequentemente da “matriz de risco” considerada a partir de tais informações.

ATIVO		SALDOS		Variação Dez 2021 x Dez 2020		RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
Especificação	Exercício Atual (Milhares de R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (Milhares de R\$)	A/V (%)	Em milhares de R\$	A/H (%)	< A/V >
Circulante	406.275	10,47	432.478	11,99	-26.203	-6,06	Relativo
Caixa e equivalente de caixa	86.437	2,23	135.278	3,75	-48.841	-36,10	Baixo
Depósitos Vinculados	147.612	3,81	132.910	3,68	14.702	11,06	Baixo
Créditos e contas a receber de usuários	152.190	3,92	146.971	4,07	5.219	3,55	Baixo
Estoque de Materiais	7.415	0,19	4.681	0,13	2.734	58,41	Baixo
Impostos a recuperar	7.137	0,18	8.058	0,22	-921	-11,43	Baixo
Adiantamentos e Convênios	5.484	0,14	4.580	0,13	904	19,74	Baixo
Não circulante	3.472.710	89,53	3.175.322	88,01	297.388	9,37	Alto
Créditos e contas a receber de usuários	16.003	0,41	21.476	0,60	-5.473	-25,48	Baixo
Adiantamento e Convênios	3.983	0,10	3.488	0,10	495	14,19	Baixo
Impostos a recuperar	11.176	0,29	10.780	0,30	396	3,67	Baixo
Depósitos judiciais	87.401	2,25	77.047	2,14	10.354	13,44	Baixo
Contas a receber de partes relacionadas	14.703	0,38	0	0,00	14.703	100,00	Baixo
Contratos indenizáveis	164.259	4,23	144.208	4,00	20.051	13,90	Baixo
Direito de Uso Arrendamento Mercantil	2.792	0,07	4.738	0,13	-1.946	-41,07	Baixo
Investimentos	95	0,00	95	0,00	0	0,00	Baixo
Imobilizado	31.225	0,80	29.053	0,81	2.172	7,48	Baixo
Intangível	3.141.073	80,98	2.884.437	79,95	256.636	8,90	Alto
TOTAL	3.878.985		3.607.800		271.185	7,52	Baixo
PASSIVO		SALDOS		Variação Dez 2021 x Dez 2020		RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
Especificação	Exercício Atual (Milhares de R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (Milhares de R\$)	A/V (%)	Em milhares de R\$	A/H (%)	< A/V >
Circulante	301.959	7,78	261.239	7,24	40.720	15,59	Baixo
Fornecedores	68.867	1,78	46.923	1,30	21.944	46,77	Baixo
Empréstimos e financiamentos	13.192	0,34	13.888	0,38	-696	-5,01	Baixo
Direito de Uso Arrendamento Mercantil	1.741	0,04	3.191	0,09	-1.450	-45,44	Baixo
Juros sobre capital próprio	82.375	2,12	87.973	2,44	-5.598	-6,36	Baixo
Participação de empregados	12.708	0,33	7.913	0,22	4.795	60,60	Baixo
Contribuições para FAECES	0	0,00	482	0,01	-482	-100,00	Nulo
Impostos e contribuições a recolher	12.411	0,32	10.838	0,30	1.573	14,51	Baixo
Salários e Encargos a pagar	40.295	1,04	41.970	1,16	-1.675	-3,99	Baixo
Provisões para demandas judiciais	59.698	1,54	38.675	1,07	21.023	54,36	Baixo
Outras contas a pagar	10.672	0,28	9.386	0,26	1.286	13,70	Baixo
Não circulante	478.687	12,34	461.111	12,78	17.576	3,81	Relativo
Fornecedores	816	0,02	816	0,02	0	0,00	Baixo
Empréstimos e financiamentos	205.105	5,29	202.669	5,62	2.436	1,20	Baixo
Direito de Uso Arrendamento Mercantil	1.052	0,03	1.547	0,04	-495	-32,00	Baixo
Impostos diferidos	5.568	0,14	6.510	0,18	-942	-14,47	Baixo
Provisões para demandas judiciais	13.554	0,35	26.174	0,73	-12.620	-48,22	Baixo
Créditos de acionistas	118.716	3,06	55.282	1,53	63.434	114,75	Baixo
Plano de Aposentadoria	87.635	2,26	117.955	3,27	-30.320	-25,70	Baixo
Subvenções para investimento	46.241	1,19	50.158	1,39	-3.917	-7,81	Baixo
TOTAL DO PASSIVO	780.646	20,13	722.350	20,02	58.296	8,07	Alto
Capital social	2.885.395	74,39	2.704.062	74,95	181.333	6,71	Alto
Ajuste de avaliação patrimonial	26.654	0,69	2.120	0,06	24.534	1.157,26	Baixo
Reserva de lucros	186.291	4,80	179.268	4,97	7.023	3,92	Baixo
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.098.340	79,87	2.885.450	79,98	212.890	7,38	Alto
TOTAL	3.878.986		3.607.800		271.186	7,52	Baixo

3. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS ATIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETOS AS MESMAS

3.1. ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante representa **10,47%** do saldo total do ativo em 31/12/2021, recebendo atributo de “risco relativo” sob o ponto de vista de exposição ativa, apresentando uma variação negativa de **R\$ 26.203 mil** equivalentes a **6,06%** de diminuição em relação ao exercício anterior, portanto apresentando um “risco baixo”, do ponto de vista quantitativo.

Referido grupo do ativo, congrega os seguintes subgrupos:

ATIVO	SALDOS				Variação Dez 2021 x Dez 2020	
	Exercício Atual (Milhares de R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (Milhares de R\$)	A/V (%)	Em milhares de R\$	A/H (%)
Circulante	406.275	10,47	432.478	11,99	-26.203	-6,06
Caixa e equivalente de caixa	86.437	2,23	135.278	3,75	-48.841	-36,10
Depósitos Vinculados	147.612	3,81	132.910	3,68	14.702	11,06
Créditos e contas a receber de usuários	152.190	3,92	146.971	4,07	5.219	3,55
Estoques de Materiais	7.415	0,19	4.681	0,13	2.734	58,41
Impostos a recuperar	7.137	0,18	8.058	0,22	-921	-11,43
Adiantamentos e Convênios	5.484	0,14	4.580	0,13	904	19,74

Considerando os atributos advindos da matriz de risco ponderada, as contas que integram o referido grupo foram objeto de exame por amostragem diretamente proporcional ao grau de risco atribuído.

3.1.1. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O grupo congrega as contas representativas de meio-circulantes em forma pecuniária, dentre as quais destacamos as Aplicações, cujo saldo responde individualmente por aproximadamente **1,72%** do total do disponível da Empresa, sendo, portanto, a rubrica mais significativa do disponível, a qual apresentou a seguinte variação no período.

Apresentamos adiante o saldo existente, o qual está composto conforme abaixo:

ATIVO	SALDOS				Variação Dez 2021 x Dez 2020	
	Exercício Atual (Milhares de R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (Milhares de R\$)	A/V (%)	Em milhares de R\$	A/H (%)
Circulante	406.275	10,47	432.478	11,99	-26.203	-6,06
Caixa e equivalente de caixa	86.437	2,23	135.278	3,75	-48.841	-36,10

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	66	64
Bancos - conta movimento	19.657	12.425
Aplicação Financeira de Curto Prazo	66.714	122.789
Total	86.437	135.278

Aplicações Financeiras - livre movimentação	31/12/2021	31/12/2020
Caixa Econômica Federal	38.093	83.410
Banestes	28.621	39.379
	66.714	122.789

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários remunerados a taxas que variam em média de 98,0% do Fundo DI. A Companhia mantém aplicado recursos próprios provenientes de sua atividade, em Certificados de Depósitos Bancários – CDBs que são títulos de renda fixa, cuja remuneração é baseada substancialmente na variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia classificou seus títulos e depósitos vinculados como caixa e equivalentes de caixa, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os ativos financeiros incluem somente valores em reais, não havendo aplicações em moeda estrangeira.

Nenhum desses ativos financeiros encontra-se vencidos e não foram identificadas perdas dos seus valores recuperáveis.

✓ **Controles Internos**

As contas de depósitos e de aplicações mantidas junto a instituições financeiras, são conciliadas mensalmente mediante o cotejamento do extrato bancário em contraposição ao razão contábil, de modo que as eventuais discrepâncias entre os saldos, decorrentes das flutuações normais do lapso temporal entre os recebimentos de avisos de débitos ou créditos efetuados pelo banco e ainda não recebidos pela contabilidade, são apontadas e controladas em formulários/planilhas contendo o detalhamento das diferenças apuradas em cada conta, de modo a propiciar o acompanhamento das pendências até sua liquidação.

As “Aplicações de Liquidez Imediata” são representadas por fundos extramercado, referenciados na taxa DI (depósito interfinanceiro), notadamente de baixo risco e com liquidez diária, registrado pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

O estudo e avaliação que efetuamos na movimentação dos bancos, ficou adstrito aos controles internos na área contábil e na validação dos referidos saldos, dentre os principais procedimentos aplicados, destaca-se o exame da conciliação mensal em contraposição à movimentação ocorrida por meio dos extratos bancários em cotejados com o razão contábil.

Além do estudo e avaliação que efetuamos na movimentação dos bancos, solicitamos confirmação dos saldos através de Carta Circularização as instituições financeiras custodiantes de ativos da empresa.

✓ **Constatações**

O exame efetuado nas conciliações revelou que todas as contas bancárias estão sendo conciliadas mensalmente e que os saldos registrados nas Demonstrações Contábeis são devidamente comprovados por extratos bancários oficiais.

Obtivemos resposta das instituições financeiras a respeito das cartas de circularizações enviadas. Por tanto nos possibilitando de validar os saldos das contas por fonte externas, como também de validar informações importantes contidas nas cartas enviadas.

✓ **Opinião**

Os controles internos aderentes aos saldos mantidos em Caixa e Equivalentes de Caixa são consubstanciados por meio de conciliações periódicas dos numerários e demais documentos de suporte e das análises e conciliações bancárias efetuadas mensalmente. Tais controles nos pareceram suficientes para salvaguardar os ativos focados em cada procedimento, de modo que estão gravados adequadamente e com exatidão nas demonstrações contábeis.

3.1.2 CRÉDITOS A RECEBER EM CURTO PRAZO

Referido grupo revela-se importantíssimo do ponto de vista operacional porque registra importantes operações vinculadas à “Créditos a Receber” e “Créditos a Receber – Vencidos”.

ATIVO	SALDOS				Variação Dez 2021 x Dez 2020	
	Exercício Atual (Milhares de R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (Milhares de R\$)	A/V (%)	Em milhares de R\$	A/H (%)
Circulante	406.275	10,47	432.478	11,99	-26.203	-6,06
Créditos e contas a receber de usuários	152.190	3,92	146.971	4,07	5.219	3,55

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Confrontamos de modo comparativo os valores entre os exercícios de 2021 a 2020, para analisar a evolução das aludidas contas, como forma de mitigar os riscos operacionais, visto que o referido Grupo contabiliza importantes operações vinculadas à Recursos Financeiros a Receber.

✓ **Constatações**

Créditos a receber de clientes a vencer e vencidos:

Referem-se às contas de créditos com os usuários pelo fornecimento de água, pelos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário e demais serviços correlatos. Incluem, também,

créditos por fornecimentos prestados e não faturados até a data do balanço para atendimento ao princípio de reconhecimento de receita.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas de provisão para perda do valor recuperável, constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores recebíveis de acordo com os prazos originais das contas a receber.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A provisão é calculada com base na análise dos créditos e registrada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir potenciais perdas nas contas a receber. Contas a receber de valores até R\$15 são consideradas perdas assim que atingem 180 dias de atraso, sendo diretamente baixadas contra o resultado na Rubrica “Despesas comerciais”.

Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com pedido de falência ou de recuperação judicial e falta de pagamento ou inadimplência (devido há mais de 180 dias) são considerados indicadores de que as contas a receber podem não ser recuperáveis. Adicionalmente, a Companhia constitui a provisão adicional sobre todos os títulos vencidos dos clientes que compõem a base de reconhecimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

✓ Opinião

Os controles internos aderentes aos saldos mantidos em Créditos à Curto Prazo nos pareceram suficientes para salvaguardar tais ativos demonstrando-nos controle dos valores devidos. Verificamos que a empresa vem envidando esforços para receber os valores devidos, porém, reiteramos as recomendações no sentido de que os débitos relativos aos exercícios anteriores, sejam quitados com maior brevidade possível. Verificamos que mesmo com os impactos da pandemia, a CESAN conseguiu manter a recuperação de crédito e a arrecadação em níveis esperados dentro deste “novo normal” com as ações planejadas, visando o recebimento dos créditos antigos e a diminuição do acréscimo de novos débitos.

3.1.3 ESTOQUE

Considerando os atributos advindos da matriz de risco ponderada, as contas que integram o referido grupo foram objeto de exame por amostragem diretamente proporcional ao grau de risco atribuído.

Trata-se de produtos e materiais destinados mantido para atender as necessidades operacionais da Companhia, dentre outros. Os materiais são inventariados ao final do exercício.

✓ Procedimentos de Auditoria

Não acompanhamos o inventário físico alusivo aos estoques, porém aplicamos procedimentos alternativos preconizados na NBC TA 500, mediante revisão e regressão contábil dos saldos,

analisando as entradas e as saídas bem como a existência física dos referidos produtos, atestando o valor patrimonial registrado para esse grupo.

✓ **Constatações**

Os estoques de materiais são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do custo médio. Provisões para perdas de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Os estoques de materiais estão classificados no ativo circulante, enquanto aqueles destinados a execução de obras são classificados no ativo intangível em obras em andamento.

✓ **Opinião**

Através de procedimentos alternativos de regressão e recomposição de quantidades físicas da listagem, efetuamos testes de observância e substância, validamos o saldo em “Estoque”.

Os procedimentos alternativos preconizados na NBC TA 500, foram apropriados para suprir as evidências de auditoria consideradas na validação daqueles saldos, tornando-se eficientes em função dos controles internos apropriados.

3.1.4 TRIBUTOS A RECUPERAR

Considerando os atributos advindos da matriz de risco ponderada, as contas que integram o referido grupo foram objeto de exame por amostragem diretamente proporcional ao grau de risco atribuído.

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda antecipado (a)	11.175	10.780
Contribuição Social antecipada (a)	36	42
CSL Base Negativa	2.289	3.414
COFINS antecipado Lei nº 9.430/96	303	296
PIS Lei nº 9.430/96	2	1
Contribuições previdenciárias	3.128	2.979
Taxas de Dominio - DNIT	1.380	1.326
Outros tributos a recuperar	-	-
Total	18.313	18.838
Circulante	7.137	8.058
Não circulante	11.176	10.780
	18.313	18.838

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas pela CESAN, efetuamos teste de recálculo das projeções baseadas em tais premissas e avaliamos se as condições para registro desses ativos atendiam às diretrizes do arcabouço normativo pertinente à material. Com o apoio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.

✓ **Constatações**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 07, as demonstrações contábeis sob nosso exame, incluem ativos relativos a créditos tributários no valor de R\$18.313 mil em 31/12/2021 cuja realização depende de apuração de lucros tributáveis futuros e que estão suportados por orçamento/plano de negócios. Para elaborar as projeções de resultados futuros para fins de verificar a realização desse ativo, a CESAN adota premissas baseadas em suas estratégias e no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação.

✓ **Opinião**

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração dos valores recuperáveis dos Impostos a Recuperar registrados em Créditos Tributários no contexto das demonstrações contábeis.

3.2 ATIVO NÃO CIRCULANTE

Referido grupo congrega as contas cuja realização é de lenta conversão, ou que registram bens destinados à operacionalização e consecução de seus objetivos. Aludido grupo surgiu com o advento da Lei 11.638/07 e MP 449 já convertida na Lei 11.941/09. Precitado grupo representa **89,53%** da exposição ativa, apresentando um acréscimo de **R\$ 297.388 mil** equivalentes a um percentual de aumento de **9,37%** em relação ao exercício anterior, portanto apresentando risco baixo do ponto de vista de volume quantitativo e risco alto do ponto de vista de volume qualitativo.

Apresentamos adiante a composição do saldo:

ATIVO	SALDOS				Variação Dez 2021 x Dez 2020	
	Exercício Atual (Milhares de R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (Milhares de R\$)	A/V (%)	Em milhares de R\$	A/H (%)
Não circulante	3.472.710	89,53	3.175.322	88,01	297.388	9,37
Créditos e contas a receber de usuários	16.003	0,41	21.476	0,60	-5.473	-25,48
Adiantamento e Convênios	3.983	0,10	3.488	0,10	495	14,19
Impostos a recuperar	11.176	0,29	10.780	0,30	396	3,67
Depósitos judiciais	87.401	2,25	77.047	2,14	10.354	13,44
Contas a receber de partes relacionadas	14.703	0,38	0	0,00	14.703	100,00
Contratos indenizáveis	164.259	4,23	144.208	4,00	20.051	13,90
Direito de Uso Arrendamento Mercantil	2.792	0,07	4.738	0,13	-1.946	-41,07
Investimentos	95	0,00	95	0,00	0	0,00
Imobilizado	31.225	0,80	29.053	0,81	2.172	7,48
Intangível	3.141.073	80,98	2.884.437	79,95	256.636	8,90

3.2.1 CONTRATOS DE CONCESSÕES INDENIZÁVEIS

✓ Constatações

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2021, R\$ 164.259 (R\$ 144.208 em 31 de dezembro de 2020) como contas a receber do poder concedente (municípios), referente ao montante esperado de recebimento ao final das concessões. Estes valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelas taxas médias ponderadas de custo de capital – WACC, atrelados às respectivas contas a receber.

Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos.

✓ Opinião

Com base nas evidências obtidas, consideramos aceitáveis os controles internos em uso. São suficientes para preencher os requisitos de integridade e segurança adequadas a função e funcionamento das contas.

3.2.2 ATIVO IMOBILIZADO

O ativo imobilizado representa **0,80%** do saldo do ativo não circulante recebendo atributo de risco baixo sob o ponto de vista de exposição ativa, e responde por um acréscimo de **7,48%** das transações que compõem a variação de **R\$ 2.172 mil**, constatada no exercício sob exame, portanto apresentando risco baixo do ponto de vista de volume quantitativo e qualitativo.

ATIVO	SALDOS				Variação Dez 2021 x Dez 2020	
	Exercício Atual (Milhares de R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (Milhares de R\$)	A/V (%)	Em milhares de R\$	A/H (%)
Não circulante	3.472.710	89,53	3.175.322	88,01	297.388	9,37
Imobilizado	31.225	0,80	29.053	0,81	2.172	7,48

A composição dos saldos do imobilizado ocorre como disposto no quadro abaixo. A depreciação do exercício de 2021 apropriada ao resultado foi de R\$ 5.123 (R\$ 5.528 em 31 de dezembro de 2020) como despesa administrativa.

	Taxas anuais depreciação	31/12/2020	Custo	31/12/2021	Total Líquido
		Total Líquido		Depreciação acumulada	
Terrenos	-	3.844	3.884	-	3.884
Edificações e estruturas	4%	10.467	24.767	(13.667)	11.100
Móveis e utensílios	10%	1.996	10.677	(7.393)	3.284
Veículos Equip. Transportes	20%	5.175	19.419	(15.679)	3.740
Máquinas e Equipamentos	10%	4.005	17.001	(12.891)	4.110
Computadores e periféricos	20%	3.565	26.906	(21.798)	5.107
Total		29.053	102.653	(71.429)	31.225

Movimentação:

	Saldo em	2020		Saldo em	2021		Saldo em
	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021
Terrenos	3.844	-	-	3.844	111	(72)	3.884
Edificações e estruturas	23.364	383	-	23.747	1.641	(621)	24.767
Móveis e utensílios	8.791	154	(16)	8.929	1.757	(10)	10.677
Veículos Equip. Transportes	22.716	283	(3.580)	19.419	-	-	19.419
Máquinas e Equipamentos	14.390	2.176	(68)	16.498	1.020	(518)	17.001
Computadores e periféricos	20.925	3.213	(133)	24.006	2.904	(4)	26.906
Subtotal	94.031	6.209	(3.796)	96.444	7.433	(1.224)	102.653
Depreciação Acumulada	(65.641)	(5.528)	3.777	(67.391)	(5.123)	1.086	(71.429)
Total	28.391	682	(19)	29.053	2.310	(138)	31.225

✓ Procedimentos de Auditoria

Não acompanhamos os inventários físicos dos bens integrantes do ativo imobilizado da Companhia, todavia, selecionamos pelo razão contábil alguns lançamentos consignados a débito e a crédito do saldo da conta, atentando para apropriação das aquisições, no que tange a integridade e posse dos bens, a fidelidade da documentação, a titularidade e propriedade no que tange a bens móveis, bem como atributos necessários ao tombamento, e tratamento contábil da depreciação em relação ao controle patrimonial existente e sua conciliação com a contabilidade, mediante procedimentos mínimos específicos para atender as Evidências de Auditoria.

✓ Constatações

Constatamos que a Companhia efetuou o estudo para verificar a necessidade de aplicação do teste de recuperabilidade dos ativos e reavaliação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das bases de cálculo e das taxas de depreciações. Conforme estabelecido através da Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 27 (R1) – Ativo Imobilizado, de que trata a CPC 27.

✓ Opinião

A metodologia aplicada nos controles internos em uso, são suficientes para preencher os requisitos de integridade e segurança adequadas a função e funcionamento das contas do Imobilizado.

3.2.3 ATIVO INTANGÍVEL

ATIVOS	SALDOS				Variação Dez 2021 x Dez 2020	
	Exercício Atual (Milhares de R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (Milhares de R\$)	A/V (%)	Em milhares de R\$	A/H (%)
Não circulante	3.472.710	89,53	3.175.322	88,01	297.388	9,37
Intangível	3.141.073	80,98	2.884.437	79,95	256.636	8,90

✓ **Constatações**

Em 31 de Dezembro de 2021, a Companhia não tinha conhecimento de nenhuma intenção por parte dos municípios de interromper os referidos contratos de concessão antes de seu encerramento, não obstante, os municípios de Ponto Belo e Mucurici (com contratos em vigor até 2022) tiveram os projetos de lei para renovação da concessão por mais 30 anos rejeitados pelas Câmaras municipais no exercício de 2019. O município de Piúma instituiu a lei municipal nº 2.348/2019 que em seu artigo nº 54 determinou que o contrato de concessão existente perderá sua vigência na data de seu vencimento (10/10/2022).

O saldo da conta Intangível em Andamento em 31 de dezembro de 2021, no total de R\$ 723.808 refere-se em obras de ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água no montante de R\$ 149.487; obras relativas a ampliação de Sistemas de Esgotamento Sanitário no montante de R\$ 463.033; R\$ 24.192 em materiais para aplicação em obras e R\$ 87.096 em diversos projetos e obras operacionais nos sistemas operados pela Companhia.

De acordo com o CPC 01 (R1), aprovado, a Companhia realizou estudo técnico para determinar o valor recuperável de seus ativos, utilizando as seguintes premissas:

- Para a apuração do valor recuperável dos ativos, ou unidades geradoras de caixa da CESAN, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;
- As estimativas de fluxo de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, como sugere o CPC 01 (R1) no seu item 33b;
- Os comparativos, para obtenção de possíveis valores de ativos não recuperáveis, foram realizados com base em moeda constante, ou seja, foram desconsiderados os efeitos da inflação;
- As projeções das receitas, nos fluxos de caixa, foram baseadas nos seguintes indicadores: aumento médio no número de ligações (crescimento vegetativo), consumo médio em m³ por ligação e a tarifa média cobrada por m³;
- O valor contábil dos ativos (ou unidades geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos do caixa, também foi considerado como valor recuperável. O referido procedimento é baseado nos contratos de concessão, haja vista que os mesmos preveem ressarcimento pelos municípios no caso de não renovação ou quebras de contrato.

✓ **Opinião**

A metodologia aplicada nos controles internos em uso, são suficientes para preencher os requisitos de integridade e segurança adequadas a função e funcionamento das contas do Intangível.

4. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS PASSIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETOS AS MESMAS

4.1. PASSIVO CIRCULANTE

O passivo circulante representa **7,78%** do saldo total do passivo recebendo atributo de baixo risco sob o ponto de vista de exposição patrimonial passiva, apresentando uma variação positiva de **R\$ 40720 mil**, equivalentes a um acréscimo de **15,59%** em relação ao exercício anterior comparado a este sob exame, portanto apresentando baixo risco do ponto de vista de volume qualitativo e risco relativo do ponto de vista quantitativo transacionado.

Referido grupo do passivo, congrega as seguintes contas:

PASSIVO	SALDOS				Variação Dez 2021 x Dez 2020	
	Exercício Atual (Milhares de R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (Milhares de R\$)	A/V (%)	Em milhares de R\$	A/H (%)
Circulante	301.959	7,78	261.239	7,24	40.720	15,59
Fornecedores	68.867	1,78	46.923	1,30	21.944	46,77
Empréstimos e financiamentos	13.192	0,34	13.888	0,38	-696	-5,01
Direito de Uso Arrendamento Mercantil	1.741	0,04	3.191	0,09	-1.450	-45,44
Juros sobre capital próprio	82.375	2,12	87.973	2,44	-5.598	-6,36
Participação de empregados	12.708	0,33	7.913	0,22	4.795	60,60
Contribuições para FAECS	0	0,00	482	0,01	-482	-100,00
Impostos e contribuições a recolher	12.411	0,32	10.838	0,30	1.573	14,51
Salários e Encargos a pagar	40.295	1,04	41.970	1,16	-1.675	-3,99
Provisões para demandas judiciais	59.698	1,54	38.675	1,07	21.023	54,36
Outras contas a pagar	10.672	0,28	9.386	0,26	1.286	13,70

4.1.1. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS A PAGAR

Representa as obrigações com Encargos Sociais (INSS, FGTS), 13º salário, Férias da CESAN.

✓ Procedimentos de Auditoria

Obtivemos Resumo de Proventos e Descontos, emitido do Sistema de Gestão de Recursos Humanos, aplicamos testes de auditoria nos cálculos dos encargos e contribuições sobre a folha de pagamento, obtivemos também planilha elaborada pelo RH, solicitamos as Guias de Previdência Social - GPS e as Guias de Recolhimento do FGTS – GRF.

✓ Constatações

Constatamos que o INSS e o FGTS vêm sendo calculado corretamente, e seus recolhimentos vêm sendo efetuados até a data de vencimento.

Verificamos que o processo de pagamento está de acordo com as normas, devidamente autorizado e assinado.

✓ **Opinião**

Após aplicarmos os testes chegamos à conclusão de que o INSS e o FGTS estão sendo apurados corretamente e que os controles internos aderentes aos saldos mantidos nesta rubrica nos pareceram suficientes.

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Os impostos e contribuições a recolher estão assim demonstrados:

	31.12.2021	31.12.2020
ISS retido na fonte	1.720	1.571
Contribuição social.....	360	
Contribuições retidas na fonte	1.191	991
PIS.....	697	696
Cofins	3.254	3.222
INSS retido na fonte	1.622	1.267
IR retido na fonte	3.567	3.091
Total	12.411	10.838

As receitas sobre serviços estão sujeitas a impostos e contribuições e pelas seguintes alíquotas básicas:

Tributos	Alíquota %
PIS	1,65
COFINS	7,60

Esses tributos são apresentados como deduções da receita na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado.

A Companhia não é enquadrada como contribuinte do ICMS conforme Parecer nº 009/2012-SEFAZ-ES.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Obtivemos as planilhas de apuração dos Impostos e contribuições, aplicamos testes de auditoria nos cálculos, solicitamos os DARF's e Guias de Recolhimento.

✓ **Constatações**

Constatamos que os Impostos e Contribuições vêm sendo calculado corretamente, e seus recolhimentos vêm sendo efetuados até a data de vencimento, não gerando juros e multa. Verificamos que o processo de pagamento está de acordo com as normas, devidamente autorizado e assinado.

✓ **Opinião**

Após aplicarmos os testes chegamos à conclusão de que os Impostos e Contribuições estão sendo apurados corretamente e que os controles internos aderentes aos saldos mantidos nesta rubrica nos pareceram suficientes.

4.2 PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O passivo não circulante representa **12,34%** do saldo total do passivo recebendo atributo de “relativo risco” sob o ponto de vista de exposição patrimonial passiva, apresentando uma variação positiva de **R\$ 17.576 mil**, equivalentes a um aumento de **3,81%** em relação ao exercício anterior comparado a este sob exame, portanto apresentando “relativo risco” do ponto de vista de volume qualitativo e quantitativo transacionados.

Referido grupo do passivo, congrega as seguintes contas:

PASSIVO	SALDOS				Variação Dez 2021 x Dez 2020	
	Exercício Atual (Milhares de R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (Milhares de R\$)	A/V (%)	Em milhares de R\$	A/H (%)
Não circulante	478.687	12,34	461.111	12,78	17.576	3,81
Fornecedores	816	0,02	816	0,02	0	0,00
Empréstimos e financiamentos	205.105	5,29	202.669	5,62	2.436	1,20
Direito de Uso Arrendamento Mercantil	1.052	0,03	1.547	0,04	-495	-32,00
Impostos diferidos	5.568	0,14	6.510	0,18	-942	-14,47
Provisões para demandas judiciais	13.554	0,35	26.174	0,73	-12.620	-48,22
Créditos de acionistas	118.716	3,06	55.282	1,53	63.434	114,75
Plano de Aposentadoria	87.635	2,26	117.955	3,27	-30.320	-25,70
Subvenções para investimento	46.241	1,19	50.158	1,39	-3.917	-7,81

4.2.1 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, trabalhista, tributária e ambiental. A CESAN mantém provisão contábil julgada suficiente de acordo com a posição dos assessores jurídicos para fazer face diante das questões judiciais nas quais a Companhia é ré. Essas provisões com probabilidade de perda provável estão apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, da seguinte maneira:

Movimentação dos Processos Judiciais				
Circulante	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021
Trabalhista	15.151	33.712	(18.778)	30.085
Tributário	898	301	-	1.199
Cível	22.626	5.788	-	28.414
Total	38.675	39.801	(18.778)	59.698
Não circulante				
Trabalhista	26.073	20.623	(33.372)	13.324
Ambiental	101	129	-	230
Total	26.174	20.752	(33.372)	13.554

Movimentação depósitos judiciais

Não Circulante	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021
Cível	3.563	163		3.726
Tributário	17.821	620		18.441
Trabalhista	55.663	11.516	(1.945)	65.234
Total	77.047	12.299	- 1.945	87.401

- A provisão cível refere-se a processos movidos por terceiros contra a Companhia decorrentes de demandas relacionadas a danos materiais e morais, pedidos de reembolsos em relação à prestação de serviços da Companhia e à cobrança de serviços, etc.;
- A provisão tributária refere-se a autos de infração do INSS em decorrência de fiscalizações realizadas. A Companhia vem contestando administrativa e judicialmente os referidos autos;
- As provisões trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos proferidos por ex-empregados e empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade subsidiária), pleiteando equiparação, diferenças salariais, adicional noturno, intervalo intrajornadas, horas extras e outras verbas trabalhistas;
- As provisões ambientais referem-se a ação judicial movida pelo Ministério Público Estadual.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

A provisão deve ser reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação decorrente de sentenças desfavoráveis a Companhia.

O reconhecimento, a mensuração e divulgação das provisões para contingências passivas devem ser efetuados de acordo com os critérios definidos no NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. As contingências são classificadas entre (i) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (ii) possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e (iii) remotas, que não requerem provisão nem divulgação.

✓ **Constatação**

O Setor Jurídico informa em um relatório, o prognóstico quanto à possibilidade de perda no desfecho das questões, cujo montante registrado, classificando-as como provável, possível ou remota. Inclusive eventuais valores de honorários e/ou custas devidos em todas as ações movidas, visando atender na totalidade a real necessidade do reconhecimento das Contingências a Curto e Longo Prazo.

Há obrigação presente que provavelmente exige a saída de recursos.	Há obrigação possível ou obrigação presente que possa, mas, provavelmente, não irá exigir a saída de recursos.	Há obrigação possível ou obrigação presente onde a probabilidade da saída dos recursos é remota.
A provisão deve ser reconhecida (item 22).	Nenhuma provisão deve ser reconhecida (item 35).	Nenhuma provisão deve ser reconhecida (item 35).
A divulgação da provisão é necessária (itens 97 e 98).	A divulgação do passivo contingente é necessária (item 100).	A divulgação não é necessária (item 100).

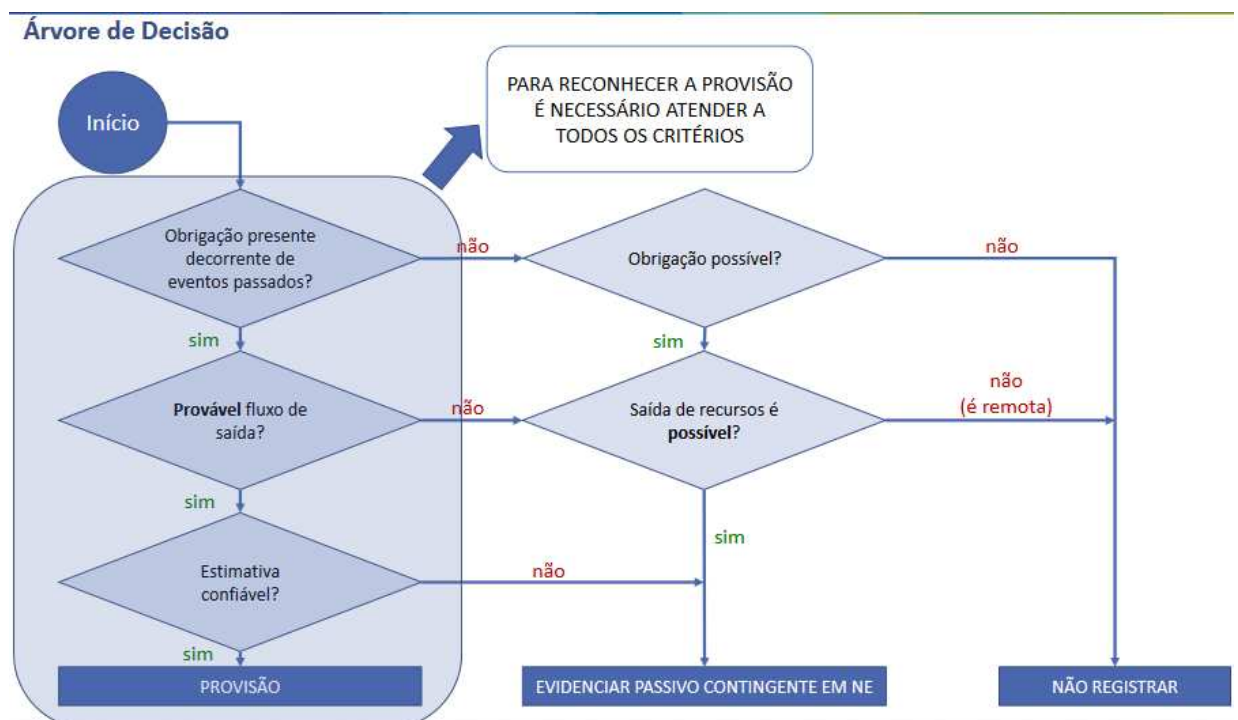
Reconhecimento da Provisão:

Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- ⇒ a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- ⇒ seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- ⇒ possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Árvore da decisão

Este resumo é apenas ilustrativo. Seu propósito é demonstrar os principais requerimentos de reconhecimento da Norma para provisões e passivos contingentes. E deve ser utilizado pelos peritos, para formação de sua opinião.



4.2.2 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

PASSIVO	SALDOS				Variação Dez 2021 x Dez 2020	
	Exercício Atual (Milhares de R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (Milhares de R\$)	A/V (%)	Em milhares de R\$	A/H (%)
Circulante	301.959	7,78	261.239	7,24	40.720	15,59
Empréstimos e financiamentos	13.192	0,34	13.888	0,38	-696	-5,01
Não circulante	478.687	12,34	461.111	12,78	17.576	3,81
Empréstimos e financiamentos	205.105	5,29	202.669	5,62	2.436	1,20

✓ Constatação

	31/12/2021			31/12/2020		
	Circul.	Não circ.	Total	Circul.	Não circ.	Total
Em moeda nacional:						
CEF (a)	12.948	179.223	192.171	13.766	176.481	190.247
Banco do Nordeste	244	2.563	2.807	122	2.868	2.990
BNDES (c)	-	23.320	23.320	-	23.320	23.320
Total	13.192	205.106	218.298	13.888	202.669	216.557

	MOVIMENTAÇÃO			
	31/12/2020	Adição	Amortização	31/12/2021
CEF	190.247	15.667	(13.743)	192.171
BNDES	23.320	-	-	23.320
Banco do Nordeste	2.990	-	(183)	2.807
Total	216.557	15.667	(13.926)	218.298

Contatamos que a CESAN possui 37 contratos firmados com a Caixa Econômica Federal, com recursos do FGTS, utilizados para implantação e ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, em diversos municípios do Estado do Espírito Santo. O prazo final para pagamento é em 2041. As taxas de juros dos contratos variam de 6,00% a 8,00% a.a., utilizando como indexador a Taxa Referencial – TR.

As garantias contratuais dos contratos da Caixa estão estabelecidas da forma padronizada em seus contratos, conforme segue:

“O Tomador oferece à CAIXA, a partir da data de assinatura do contrato, em caráter irrevogável e irretratável, até que a dívida seja integralmente quitada, o penhor dos direitos emergentes de contrato(s) de concessão ou contrato(s) programa, caucionando os direitos creditórios referentes à arrecadação da receita tarifária obtida pelo Tomador em virtude da exploração dos serviços de saneamento básico, em conformidade com o que preconiza os artigos 1.451 à 1.460 do Código Civil Brasileiro e o artigo 28 da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

A receita garantida pelo presente penhor correspondente ao valor de três vezes o encargo mensal, composto na fase de carência por juros, taxa de administração e taxa de risco de crédito e, na fase de amortização, por principal, juros, taxa de administração e taxa de risco de crédito, calculado com base na última cobrança disponível para o contrato, permanecendo, a receita ora dada em garantia vinculada até a total liquidação das obrigações assumidas no contrato, depositada na Conta Arrecadadora.”

BNDES – Contrato firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social para garantir recursos da contra partida para as obras do Programa Águas das Paisagens, Obrigações Especiais da Beneficiária relativas ao Desempenho Financeiro – Covenants.

A cláusula nona do Contrato nº 18.2.0347.1 prevê a manutenção até a vigência do contrato de todos os índices financeiros abaixo estipulados, a serem apurados semestralmente, com base nas informações constantes nas demonstrações financeiras contábeis consolidadas.

Receita Cedida

A garantia deste contrato é que seja transitado mensalmente na conta vinculada do BNDES o valor R\$ 6.132.

Banco do Nordeste do Brasil S/A – Contrato firmado com o objetivo de executar obras de ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios castrados na área da SUDENE operados pela CESAN, no território do Estado do Espírito Santo.

A garantia deste contrato é que seja transitado mensalmente na conta vinculada do BNB o valor R\$ 7.658.

✓ Opinião

A metodologia aplicada nos controles internos em uso, são suficientes para preencher os requisitos de integridade e segurança adequadas a função e funcionamento dos contratos.

4.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido representa **79,12%** do saldo total da parcela não exigível que resulta da equação patrimonial (ativo menos passivo), e, variou positivamente em **7,38%** entre o exercício de 2021.

PASSIVO	SALDOS				Variação Dez 2021 x Dez 2020	
	Exercício Atual (Milhares de R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (Milhares de R\$)	A/V (%)	Em milhares de R\$	A/H (%)
Capital social	2.885.395	74,39	2.704.062	74,95	181.333	6,71
Ajuste de avaliação patrimonial	26.654	0,69	2.120	0,06	24.534	1.157,26
Reserva de lucros	186.291	4,80	179.268	4,97	7.023	3,92
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.098.340	79,87	2.885.450	79,98	212.890	7,38

✓ **Opinião**

O controle interno em uso nos pareceu suficiente para atender a necessidade da empresa, já que a movimentação da conta é consubstanciada por poucas operações/lançamentos, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.

5. ASPECTOS INSTITUCIONAIS

✓ **Órgãos Colegiados**

Efetuamos a leitura das atas de reunião dos órgãos de controle e fiscalização e em decorrência de tal procedimento entendemos que os órgãos de controle institucional, consubstanciados por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria estão devidamente estruturados e funcionando conforme preconizado regimentalmente e estatutariamente.

✓ **Auditoria Interna:**

No que tange a auditoria interna, constatamos que está estruturada do ponto de vista funcional e opera segundo ditames previstos no Regimento Interno da Empresa.

✓ **Opinião**

Neste sentido é relevante esclarecermos que requisitos preconizados para a área operacional não foram objeto de nosso exame, mesmo porque foge a nossa competência, de tal modo que nós restringimos a matéria exclusivamente contábil.

6. DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Adaptamos o Programa Padrão de Auditoria e o consequente Planejamento, visando atendermos integralmente ao que foi preconizado no aludido Termo e mediante procedimentos de auditoria aplicados especificamente para esse fim, considerando o escopo de abrangência de análise e prazo, compreendendo as competências de 2021.

- 1) Análise dos procedimentos e rotinas de controle internos inerentes ao setor de departamento de pessoal;
- 2) Entrevistas com a equipe responsável pela gestão de departamento de pessoal;
- 3) Análise dos procedimentos de admissão e demissão de pessoal e conformidade destes com as rotinas estabelecidas e a legislação pertinente;
- 4) Análise e revisão da folha de pagamento quanto ao processamento e cálculo de verbas salariais, férias, pagamento de décimo terceiro salário, pagamento de horas extras, consignações em folha de pagamento;
- 5) Análise e revisão da folha de pagamento quanto ao processamento e cálculo e obrigações patronais e encargos sociais (INSS, ISS, IRRF, PIS/PASEP);

- 6) Análise e revisão da folha de pagamento quanto a ocorrência de consignações em folha de pagamento;
- 7) Análise dos parâmetros do sistema de análise de dados funcionais e documental de cada colaborador e atribuição de função;

✓ **PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA**

Cumprindo nosso programa de trabalho, efetuamos o prévio estudo e avaliação nos controles internos utilizados neste setor, e com base nos resultados alcançados, pudemos estabelecer os procedimentos de auditoria cabíveis nas circunstâncias, bem como da ocasião mais propícia, aplicando-os na extensão e profundidade necessárias, por amostragem nas folhas de pagamentos e guias de recolhimento de INSS, FGTS e PIS/PASEP dos meses de Março, Junho, Setembro e Dezembro. Examinamos a forma de admissão e demissão de pessoal.

- ✓ Verificamos como o pagamento do pessoal é realizado;
Auditaamos a última folha de pagamento realizada efetuando testes de soma, diminuição dos descontos, cálculos do INSS, Imposto de Renda Retido na Fonte e outros julgados procedentes;
- ✓ Analisamos as férias pagas;
- ✓ Todos os funcionários passam pelo exame admissional e para um funcionário iniciar a trabalhar é necessário estar com toda documentação completa;

✓ **Integridade/Segurança**

A metodologia aplicada nos pareceu preencher os requisitos de integridade, segurança e tempestividade, da função e funcionamento dos processos e procedimentos do Setor de Recursos Humanos.

7. REVISÃO TRIBUTÁRIA

Utilizando a inteligência fiscal efetuamos cruzamentos essenciais para garantir a coerência das informações transmitidas ao Fisco.

Trazendo este comparativo para o contexto fiscal e contábil, é muito importante que o sistema de auditoria eletrônica consiga o maior número de cruzamentos e análises possíveis, na obtenção da investigação dos erros e no apontamento das soluções possíveis.

7.1 Cruzamento DCTF x EFD Contribuições:

Julho

Código da receita	Grupo tributo	Descrição	Valor DCTF	Valor SPED	Dif. Apurada
691201	PIS/PASEP	PIS/Pasep - Não Cumulativo	R\$ 767.879,97	R\$ 767.879,97	R\$ 0,00
585601	COFINS	Cofins - Não Cumulativa	R\$ 3.560.596,22	R\$ 3.560.596,22	R\$ 0,00

Agosto

Código da receita	Grupo tributo	Descrição	Valor DCTF	Valor SPED	Dif. Apurada
691201	PIS/PASEP	PIS/Pasep - Não Cumulativo	R\$ 733.076,23	R\$ 733.076,24	R\$ 0,01
585601	COFINS	Cofins - Não Cumulativa	R\$ 3.401.571,45	R\$ 3.401.571,45	R\$ 0,00

Setembro

Código da receita	Grupo tributo	Descrição	Valor DCTF	Valor SPED	Dif. Apurada
691201	PIS/PASEP	PIS/Pasep - Não Cumulativo	R\$ 1.005.048,59	R\$ 1.005.048,58	R\$ 0,01
585601	COFINS	Cofins - Não Cumulativa	R\$ 4.832.660,26	R\$ 4.832.660,26	R\$ 0,00

Outubro

Código da receita	Grupo tributo	Descrição	Valor DCTF	Valor SPED	Dif. Apurada
691201	PIS/PASEP	PIS/Pasep - Não Cumulativo	R\$ 855.648,17	R\$ 855.648,17	R\$ 0,00
585601	COFINS	Cofins - Não Cumulativa	R\$ 3.972.117,36	R\$ 3.972.117,36	R\$ 0,00

▪ **Novembro**

Código da receita	Grupo tributo	Descrição	Valor DCTF	Valor SPED	Dif. Apurada
691201	PIS/PASEP	PIS/Pasep - Não Cumulativo	R\$ 776.953,20	R\$ 776.953,20	R\$ 0,00
585601	COFINS	Cofins - Não Cumulativa	R\$ 2.304.415,98	R\$ 3.605.888,56	*R\$ 1.301.472,58

**Não se trata de divergência, o valor foi pago através de PERDCOMP 15654.03907.211221.1.3.03.3671 no valor de 1.301.472,58 para COFINS.*

▪ **Dezembro**

Código da receita	Grupo tributo	Descrição	Valor DCTF	Valor SPED	Dif. Apurada
691201	PIS/PASEP	PIS/Pasep - Não Cumulativo	R\$ 695.502,56	R\$ 695.502,56	R\$ 0,00
585601	COFINS	Cofins - Não Cumulativa	R\$ 3.245.989,66	R\$ 3.245.989,66	R\$ 0,00

✓ **Constatações**

O objetivo deste cruzamento é verificar se os Impostos Federais, no caso, PIS/COFINS, Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta e até o RET – Incorporação Imobiliária, se for o caso, constam igualmente na DCTF e no EFD Contribuições.

Na DCTF é relacionado os impostos e seu respectivo pagamento, já no EFD-Contribuições é indicado tais impostos na apuração, logo, se quando encontrado valores divergentes no mesmo período entre os arquivos, a Receita Federal inclusive pode notificar a CESAN, devido as diferenças apuradas.

✓ **Recomendação**

Recomendamos que seja verificado os valores, mesmo os valores imateriais, e caso necessário realizado a retificação da obrigação acessória e/ou solicitação do crédito pago indevidamente ou ainda o recolhimento dos valores devidos, a fim de evitar eventuais questionamentos por parte das autoridades fiscais.

7.2 Cruzamento de apuração - DCTF - Débitos apurados x Créditos vinculados:

Código da Receita	Grupo Tributário	Período de Apuração	Débito Apurado	Créditos Vinculados		Diferença débito apurado x crédito vinculado	Diferença débito apurado x valor pago com DARF
056107	IRRF	07/2021	R\$ 1.221.745,00	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 1.221.745,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
058806	IRRF	07/2021	R\$ 42.691,05	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 42.691,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00
170806	IRRF	07/2021	R\$ 266.588,20	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 266.588,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00
248401	CSLL	07/2021	R\$ 640.000,00	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 640.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
320806	IRRF	07/2021	R\$ 3.426,33	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 3.426,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00
570602	IRRF	07/2021	R\$ 2.382,01	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 2.382,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00
585601	COFINS	07/2021	R\$ 3.560.596,22	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 3.560.596,22	R\$ 0,00	R\$ 0,00
595207	CSRF	07/2021	R\$ 1.044.632,93	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 1.044.632,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00
691201	PIS/PASEP	07/2021	R\$ 767.879,97	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 767.879,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Código da Receita	Grupo Tributário	Período de Apuração	Débito Apurado	Créditos Vinculados		Diferença débito apurado x crédito vinculado	Diferença débito apurado x valor pago com DARF
056107	IRRF	08/2021	R\$ 1.865.267,69	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 1.865.267,69	R\$ 0,00	R\$ 0,00
				Multa - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Juros - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Valor Pago do Débito - pagamento com DARF	R\$ 1.865.267,69		
058806	IRRF	08/2021	R\$ 45.302,39	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 45.302,39	R\$ 0,00	R\$ 0,00
				Multa - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Juros - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Valor Pago do Débito - pagamento com DARF	R\$ 45.302,39		
170806	IRRF	08/2021	R\$ 248.927,12	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 248.927,12	R\$ 0,00	R\$ 0,00
				Multa - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Juros - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Valor Pago do Débito - pagamento com DARF	R\$ 248.927,12		
248401	CSLL	08/2021	R\$ 905.000,00	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 905.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

CESAN

RELATÓRIO DE AUDITORIA NA FORMA LONGA

Página 28 de 36

				Multa - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Juros - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Valor Pago do Débito - pagamento com DARF	R\$ 905.000,00		
320806	IRRF	08/2021	R\$ 3.448,53	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 3.448,53	R\$ 0,00	R\$ 0,00
				Multa - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Juros - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Valor Pago do Débito - pagamento com DARF	R\$ 3.448,53		
570602	IRRF	08/2021	R\$ 2.679,77	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 2.679,77	R\$ 0,00	R\$ 0,00
				Multa - pagamento com DARF	R\$ 79,58		
				Juros - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Valor Pago do Débito - pagamento com DARF	R\$ 2.679,77		
585601	COFINS	08/2021	R\$ 3.401.571,45	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 3.401.571,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00
				Multa - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Juros - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Valor Pago do Débito - pagamento com DARF	R\$ 3.401.571,45		
595207	CSRF	08/2021	R\$ 1.022.889,92	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 1.022.889,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00
				Multa - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Juros - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Valor Pago do Débito - pagamento com DARF	R\$ 1.022.889,92		
691201	PIS/PASEP	08/2021	R\$ 733.076,23	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 733.076,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00
				Multa - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Juros - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Valor Pago do Débito - pagamento com DARF	R\$ 733.076,23		

Código da Receita	Grupo Tributário	Período de Apuração	Débito Apurado	Créditos Vinculados		Diferença débito apurado x crédito vinculado	Diferença débito apurado x valor pago com DARF
056107	IRRF	09/2021	R\$ 1.377.169,49	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 1.377.169,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00
				Multa - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Juros - pagamento com DARF	R\$ 0,00		

CESAN

RELATÓRIO DE AUDITORIA NA FORMA LONGA

Página 29 de 36

				Valor Pago do Débito - pagamento com DARF	R\$ 1.377.169,49		
058806	IRRF	09/2021	R\$ 42.685,17	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 42.685,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00
				Multa - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Juros - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Valor Pago do Débito - pagamento com DARF	R\$ 42.685,17		
170806	IRRF	09/2021	R\$ 227.957,64	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 227.957,64	R\$ 0,00	R\$ 0,00
				Multa - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Juros - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Valor Pago do Débito - pagamento com DARF	R\$ 227.957,64		
248401	CSLL	09/2021	R\$ 610.000,00	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 610.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
				Multa - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Juros - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Valor Pago do Débito - pagamento com DARF	R\$ 610.000,00		
320806	IRRF	09/2021	R\$ 3.491,02	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 3.491,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00
				Multa - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Juros - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Valor Pago do Débito - pagamento com DARF	R\$ 3.491,02		
570602	IRRF	09/2021	R\$ 2.307,58	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 2.307,58	R\$ 0,00	R\$ 0,00
				Multa - pagamento com DARF	R\$ 152,30		
				Juros - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Valor Pago do Débito - pagamento com DARF	R\$ 2.307,58		
585601	COFINS	09/2021	R\$ 4.832.660,26	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 4.832.660,26	R\$ 0,00	R\$ 0,00
				Multa - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Juros - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Valor Pago do Débito - pagamento com DARF	R\$ 4.832.660,26		
595207	CSRF	09/2021	R\$ 1.150.536,31	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 1.150.536,31	R\$ 0,00	R\$ 0,00
				Multa - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Juros - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Valor Pago do Débito - pagamento com DARF	R\$ 1.150.536,31		

691201	PIS/PASEP	09/2021	R\$ 1.005.048,59	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 1.005.048,59	R\$ 0,00	R\$ 0,00
				Multa - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Juros - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Valor Pago do Débito - pagamento com DARF	R\$ 1.005.048,59		

Código da Receita	Grupo Tributário	Período de Apuração	Débito Apurado	Créditos Vinculados		Diferença débito apurado x crédito vinculado	Diferença débito apurado x valor pago com DARF
056107	IRRF	10/2021	R\$ 1.336.850,76	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 1.336.850,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00
				Multa - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Juros - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Valor Pago do Débito - pagamento com DARF	R\$ 1.336.850,76		
058806	IRRF	10/2021	R\$ 42.842,63	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 42.842,63	R\$ 0,00	R\$ 0,00
				Multa - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Juros - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Valor Pago do Débito - pagamento com DARF	R\$ 42.842,63		
170806	IRRF	10/2021	R\$ 246.734,03	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 246.734,03	R\$ 0,00	R\$ 0,00
				Multa - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Juros - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Valor Pago do Débito - pagamento com DARF	R\$ 246.734,03		
248401	CSLL	10/2021	R\$ 370.000,00	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 370.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
				Multa - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Juros - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Valor Pago do Débito - pagamento com DARF	R\$ 370.000,00		
320806	IRRF	10/2021	R\$ 3.405,73	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 3.405,73	R\$ 0,00	R\$ 0,00
				Multa - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Juros - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Valor Pago do Débito - pagamento com DARF	R\$ 3.405,73		
570602	IRRF	10/2021	R\$ 2.382,01	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 2.382,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00
				Multa - pagamento com DARF	R\$ 117,90		

				Juros - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Valor Pago do Débito - pagamento com DARF	R\$ 2.382,01		
585601	COFINS	10/2021	R\$ 3.972.117,36	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 3.972.117,36	R\$ 0,00	R\$ 0,00
				Multa - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Juros - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Valor Pago do Débito - pagamento com DARF	R\$ 3.972.117,36		
595207	CSRF	10/2021	R\$ 1.108.485,78	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 1.108.485,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00
				Multa - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Juros - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Valor Pago do Débito - pagamento com DARF	R\$ 1.108.485,78		
691201	PIS/PASEP	10/2021	R\$ 855.648,17	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 855.648,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00
				Multa - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Juros - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Valor Pago do Débito - pagamento com DARF	R\$ 855.648,17		

Código da Receita	Grupo Tributativo	Período de Apuração	Débito Apurado	Créditos Vinculados		Diferença débito apurado x crédito vinculado	Diferença débito apurado x valor pago com DARF
056107	IRRF	11/2021	R\$ 1.540.001,74	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 1.540.001,74	R\$ 0,00	R\$ 0,00
				Multa - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Juros - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Valor Pago do Débito - pagamento com DARF	R\$ 1.540.001,74		
058806	IRRF	11/2021	R\$ 47.513,56	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 47.513,56	R\$ 0,00	R\$ 0,00
				Multa - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Juros - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Valor Pago do Débito - pagamento com DARF	R\$ 47.513,56		
170806	IRRF	11/2021	R\$ 318.301,74	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 318.301,74	R\$ 0,00	R\$ 0,00
				Multa - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Juros - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Valor Pago do Débito - pagamento com DARF	R\$ 318.301,74		

248401	CSLL	11/2021	R\$ 390.000,00	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 390.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
				Multa - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Juros - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Valor Pago do Débito - pagamento com DARF	R\$ 390.000,00		
320806	IRRF	11/2021	R\$ 10.139,81	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 10.139,81	R\$ 0,00	R\$ 0,00
				Multa - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Juros - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Valor Pago do Débito - pagamento com DARF	R\$ 10.139,81		
570602	IRRF	11/2021	R\$ 2.382,01	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 2.382,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00
				Multa - pagamento com DARF	R\$ 141,49		
				Juros - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Valor Pago do Débito - pagamento com DARF	R\$ 2.382,01		
585601	COFINS	11/2021	R\$ 2.304.415,98	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 2.304.415,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00
				Multa - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Juros - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Valor Pago do Débito - pagamento com DARF	R\$ 2.304.415,98		
595207	CSRF	11/2021	R\$ 1.204.129,04	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 1.204.129,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00
				Multa - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Juros - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Valor Pago do Débito - pagamento com DARF	R\$ 1.204.129,04		
691201	PIS/PASEP	11/2021	R\$ 776.953,20	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 776.953,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00
				Multa - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Juros - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Valor Pago do Débito - pagamento com DARF	R\$ 776.953,20		

Código da Receita	Grupo Tributário	Período de Apuração	Débito Apurado	Créditos Vinculados		Diferença débito apurado x crédito vinculado	Diferença débito apurado x valor pago com DARF
058806	IRRF	12/2021	R\$ 58.269,35	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 58.269,35	R\$ 0,00	R\$ 0,00
				Multa - pagamento com DARF	R\$ 0,00		

CESAN

RELATÓRIO DE AUDITORIA NA FORMA LONGA

Página 33 de 36

				Juros - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Valor Pago do Débito - pagamento com DARF	R\$ 58.269,35		
170806	IRRF	12/2021	R\$ 311.085,25	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 311.085,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00
				Multa - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Juros - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Valor Pago do Débito - pagamento com DARF	R\$ 311.085,25		
248401	CSLL	12/2021	R\$ 450.000,00	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 900.000,00	R\$ 0,00	*-R\$ 450.000,00
				Multa - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Juros - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Valor Pago do Débito - pagamento com DARF	R\$ 450.000,00		
320806	IRRF	12/2021	R\$ 4.983,40	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 4.983,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00
				Multa - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Juros - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Valor Pago do Débito - pagamento com DARF	R\$ 4.983,40		
570602	IRRF	12/2021	R\$ 446,63	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 446,63	R\$ 0,00	R\$ 0,00
				Multa - pagamento com DARF	R\$ 23,58		
				Juros - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Valor Pago do Débito - pagamento com DARF	R\$ 446,63		
585601	COFINS	12/2021	R\$ 3.245.989,66	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 3.245.989,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00
				Multa - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Juros - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Valor Pago do Débito - pagamento com DARF	R\$ 3.245.989,66		
595207	CSRF	12/2021	R\$ 1.190.597,80	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 1.190.597,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00
				Multa - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Juros - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Valor Pago do Débito - pagamento com DARF	R\$ 1.190.597,80		
691201	PIS/PASEP	12/2021	R\$ 695.502,56	Valor do Principal - pagamento com DARF	R\$ 695.502,56	R\$ 0,00	R\$ 0,00
				Multa - pagamento com DARF	R\$ 0,00		
				Juros - pagamento com DARF	R\$ 0,00		

				Valor Pago do Débito - pagamento com DARF	R\$ 695.502,56		
--	--	--	--	--	----------------	--	--

*** DIFERENÇA APURADA DCTF x DARF - CSLL Dez/2021: O pagamento foi realizado em duplicidade através de DARF no valor de R\$ 450mil. Todavia, o valor será objeto de PERDCOMP após envio da ECF no mês de junho/2022 através do saldo negativo, recebendo as correções legais pela SELIC.**

✓ **Recomendação**

Recomendamos que seja verificado os valores, mesmo os valores imateriais, e caso necessário realizado a retificação da obrigação acessória e/ou solicitação do crédito pago indevidamente ou ainda o recolhimento dos valores devidos, a fim de evitar eventuais questionamentos por parte das autoridades fiscais.

8. CONCLUSÃO

O presente relatório composto de 36 (trinta e seis) páginas escritas apenas no anverso destina-se exclusivamente à finalidade definida no primeiro parágrafo do mesmo e a informar à Administração da **CESAN** acerca dos detalhes inerentes ao trabalho efetuado, sendo apresentado os pontos de fragilidades detectados como resultado dos procedimentos de auditoria aplicados descritos no item 1.6 do presente relatório, em cumprimento ao Termo de Referência, anexo I ao Edital de Licitação nº 006/2021.

Recife/PE, 18 de março de 2022.



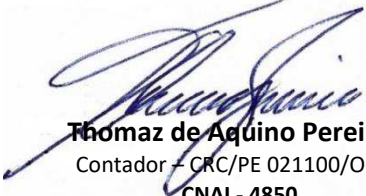
AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O – CNAI/PJ nº 029 – CVM nº 12327



Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9
CNAI - 1592



Phillippe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2
CNAI - 4747



Thomaz de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 021100/O-8
CNAI - 4850



AUDIMEC

AUDITORES INDEPENDENTES

AV. GOV. AGAMENON MAGALHÃES, 2615 - 15º ANDAR

RECIFE - PE

 CEP 50.050.290

 (81) 3338.3525

www.audimec.com.br